

# A Constituinte e o Brasil

ANC 88 5 CLEONICE PITANGUI MENDONÇA 18 FEV 1987

Famoso antropólogo brasileiro perguntando-se: "O que faz o Brasil, Brasil?" fala-nos de um "triângulo ritual" das paradas, procissões e do desfile carnavalesco, através dos quais poderíamos visualizar as relações do Estado com o povo, dos homens com Deus e, no carnaval, do povo consigo mesmo como espectador e ator, numa mistura de tudo e de todos sem distinções e nem barreiras sociais.

Os dois primeiros rituais da ordem, servem para manter as diferenças sociais, onde as pessoas se distinguem por meio de cadeias hierárquicas que indicam e revelam sua posição na ordem social conhecida.

Como um ritual da ordem, o ato de instalação da Assembleia Nacional Constituinte no último dia 1º de fevereiro, é revelador das relações atuais entre Estado e sociedade brasileira.

De um lado, no recinto do Plenário da Câmara dos Deputados, tinhamos o Senhor Presidente da República, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Presidentes da Câmara e do Senado, e os senhores constituintes. Nas galerias, os convidados especiais — corpo diplomático, governadores, empresários, parentes de políticos —, mais a imprensa escrita, falada e televisada. Nos corredores e recintos externos ao Plenário, outros tipos de convidados, relacionados ao mundo político das duas casas.

Para regular este fluxo de privilégios e de quem é quem, nada menos que doze espécies de crachás. No total, por volta de três mil pessoas assistindo à festa oficial da instalação da Constituinte vistos como se eles fossem o Brasil.

De fora, cercado por cordões e destacamentos da polícia e do exército o povo, representando os anseios do outro Brasil.

Neste modelo de ritual da ordem, temos garantido a visão positivista e

funcionalista com que as nossas elites políticas e intelectuais tradicionais leinam em ver as relações Estado/Sociedade: um Brasil oficial, de costas para o Brasil sociedade, numa dissociação de interesses do que deve ser realizado por ambos para a construção do verdadeiro Brasil.

No entanto, em passado recente, e aquele ritual era consequência deste passado, tínhamos visto realizar-se em Brasília e no País, um movimento inigualável pela volta da democracia onde pudemos presenciar aquele acontecimento memorável da eleição do presidente Tancredo Neves, com o povo subindo as rampas e o convexo do Congresso Nacional, na busca do reencontro do povo com os seus legítimos representantes para construção de uma Nação Soberana.

Este ritual, que não se encaixa no modelo do triângulo ritual parada-procissão-carnaval, pensa e quer um Brasil dialético onde os movimentos sociais e a sociedade brasileira como um todo, reivindicam do Estado uma redefinição e uma postura onde se visualize uma síntese que seja efetivamente para o bem comum.

Este, pode ser exemplificado nas postulações que se seguem, presentes nas faixas dos que lá estavam, instalando nos seus direitos de cidadãos, participes do processo de construção da Nação.

1) Uma distribuição justa da renda;

2) a reforma agrária já, fixando e garantindo a terra para quem trabalha, resolvendo o problema do inchaço dos grandes centros urbanos e da alimentação;

3) a solução da dívida externa, de forma a não sangrar ainda mais os trabalhadores (como queria Tancredo Neves), e a nos restituir a nossa dignidade enquanto Nação e indivíduos;

4) a solução do problema do menor abandonado,

que resolve em parte a violência, a criminalidade, e cria uma mão-de-obra necessária para a construção desse País que se quer grande;

5) o problema do índio, dono que é desde sempre destas terras e que não pode sequer assistir ao ato de instalação da Assembleia Nacional Constituinte, porque barrado na entrada do Congresso — apesar do crachá;

6) o problema do negro que — na década de 60 —, famoso sociólogo (um dos constituintes) dizia ser por onde passava a criação de uma verdadeira democracia brasileira;

Estes dois últimos, são temas que nos fazem perceber o País como pluriétnico e diferente, enquanto a versão oficial nos quer fazer crer a toda prova que somos o fato consumado da mistura do branco, negro e índio.

7) A mulher, que reivindicando o seu direito à diferença, quer uma igualdade que garanta não somente a ela, mas a toda cidadã, o exercício pleno da cidadania, com direito à representação, à voz e à vez na vida pública, implicando numa dignidade na vida cotidiana.

Respondendo as estas e outras demandas, a nova Constituinte, estará contribuindo para que a Nação possa se ver com a face desejada no ritual do Movimento das Diretas Já e da eleição de Tancredo Neves — construída no diálogo do Estado com a sociedade brasileira —, que definitivamente não é a que nos oferece esta "Nova República" que aí está.

\*Cleonice Pitangui Mendonça — Antropóloga, Diretora do Museu do Homem da UFMG, professora do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais, ex-presidente do Grupo de Estudos da Questão Indígena-MG.